



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

543

2º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 30/03/1999
C	stolutino
	Rubrica

**Processo :** 13056.000505/92-44

**Acórdão :** 203.04.596

**Sessão :** 03 de junho de 1998

**Recurso :** 93.124

**Recorrente :** IRACEMA CANANI PEREIRA VALIM

**Recorrida :** DRF em Novo Hamburgo - RS

**ITR** – Imposto regularmente calculado, recurso desprovido de provas. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: IRACEMA CANANI PEREIRA VALIM.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1998

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Francisco Sérgio Nalini  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Elvira Gomes dos Santos, Sebastião Borges Taquary, Mauro Wasilewski e Renato Scalco Isquierdo.

Ecv/GB



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : **13056.000505/92-44**

Acórdão : **203.04.596**

Recurso : **93.124**

Recorrente : **IRACEMA CANANI PEREIRA VALIM**

### RELATÓRIO

O presente processo já foi apreciado por esta Câmara em Sessão de 22 de fevereiro de 1994, ocasião que, por unanimidade de votos, se decidiu converter o julgamento do recurso em diligência à repartição de origem, via DRJ em Curitiba – PR para que fossem anexados os seguintes documentos:

- “a) registro de outros imóveis existentes no nome de Iracema Canani Pereira Valim ou Adail de Lima Valim, seu marido;
- b) caso não exista nenhum registro, solicitar declaração do(s) cartório(os) de que tal fato é verdadeiro;
- c) anexar DP anterior à apresentada em 92;
- d) caso não exista pedir explicação por escrito à recorrente; e
- e) se nos anos anteriores a 1992 os imóveis estavam desmembrados, solicitar as DPs de cada um deles, referentes a 1991.”

Para melhor lembrança do assunto, leio, a seguir, o Relatório de fls. 27 que compõe a mencionada diligência (n.º 203-00.232).

Em atendimento ao solicitado, juntou-se os documentos de fls. 33 a 47, com destaque para a informação de fls. 36/37, onde a contribuinte concorda que lhe pertence a diferença de área em litígio.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13056.000505/92-44  
Acórdão : 203.04.596

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO SÉRGIO NALINI

A recorrente, através do documento de fls. 36/37, requer a retificação da área de sua propriedade para o tamanho exato que foi base para o lançamento do tributo, concordando tacitamente com a Receita.

Por outro lado, verificamos que o tributo foi corretamente calculado, não cabendo nenhum reparo à Decisão em comento.

Por essas razões tomo conhecimento do recurso, que foi tempestivamente apresentado, para negar-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1998

FRANCISCO SÉRGIO NALINI